

ontrac

Nº 38, janeiro de 2007

Boletim do Centro Internacional de Pesquisa e Treinamento de ONGs

Conteúdo:

- Ponto de vista: Retórica e Realidade da Eficácia da Cooperação
- A Caminho de Acra: Implementando a Declaração de Paris além de Paris
- O processo da Declaração de Paris explicado.
- Pobreza e ineficácia da cooperação na África
- Praticando o que pregamos: autonomia e integridade da eficácia da sociedade civil
- Harmonização para o pluralismo
- Publicações INTRAC
- Capacitações INTRAC

Nesta edição

A eficácia da cooperação e a Declaração de Paris são os dois processos políticos de mais rápido movimento nos círculos de desenvolvimento – mas o que é a sociedade civil sabe deles? O que é que está acontecendo no momento e como podemos influenciar o terceiro Fórum de Alto nível em Acra em setembro? No Ontrac 38, Brian Pratt e Katie Wright-Revolledo nos trazem as questões mais contenciosas sobre a eficácia da cooperação para a sociedade civil. Joanne McGarry e Sarah Mulley descrevem os processos, eventos e grupos relevantes trabalhando a questão da eficácia da cooperação. Afrodad resume sua recente pesquisa sobre os efeitos da Declaração de Paris na sociedade civil de mais de nove países africanos. François Lenfant desvenda as questões subjacentes ao poder ainda não resolvidas nos fóruns da sociedade civil sobre a eficácia do desenvolvimento. Toomas Mast e Tomas Brundin nos oferecem uma perspectiva das agências doadoras oficiais sobre salvaguardas da diversidade da sociedade civil dentro da eficácia para a cooperação.

Ponto de vista

Retórica e realidade da eficácia da cooperação

O Fórum de alto nível sobre a eficácia da cooperação ocorrido em Paris, em 2005, colocou em movimento uma série de processos para a implementação de uma boa cooperação, por parte tanto de agências oficiais de cooperação quanto por parte de organizações da sociedade civil. Desde que tratamos da Declaração de Paris, no Ontrac 33, em 2006 (disponível em www.intrac.org/pages/previous_ontracs.html), muita coisa tem mudado, e com o Fórum de alto nível que acontecerá em Acra, em setembro próximo, temos muita coisa a conversar sobre o papel da sociedade civil na eficácia da cooperação.

No momento, quanto mais se escreve sobre a Declaração de Paris (DP), mais perigo corremos de confundirmos sobre quais são as verdadeiras questões e agendas. Há uma clara tendência das pessoas trazerem para dentro do debate sobre a DP e a eficácia da cooperação questões secundárias e que provocam mal entendidos. Devemos ter presente quais são as principais questões:

1) É ainda possível perceber a DP como **um acordo entre doadores** cujo objetivo é melhorar a eficiência da administração da cooperação? Se harmonizar procedimentos reduz os custos de administração para os doadores e para os governos recipientes, então, isso é algo que a maioria das pessoas pode concordar.

2) Quem decide se a política de cooperação de um governo é um genuíno reflexo de políticas democraticamente produzidas, ou apenas o reflexo de um grupo autocrático de políticos e funcionários públicos?

3) Parece que há algumas “agendas ocultas” em questões tais como licitações internacionais, um papel excessivo para o Banco Mundial como árbitro para problemas de implementação da DP. Dada à natureza técnica de muitos dos indicadores, que seguem a estrutura dos manuais do Banco Mundial, isto talvez não seja uma surpresa. Isto pode implicar em grandes mudanças para o país recipiente, mudanças não contempladas inicialmente.

4) A DP é ainda considerada como uma teoria e uma política para o desenvolvimento ao invés de um conjunto relativamente modesto de melhoras na administração pública. Tem debates que colocam a DP como uma nova solução para o desenvolvimento. Isto é um mal-entendido. É claro que podemos atingir todos os objetivos da DP e que podemos melhorar a eficácia da cooperação, mas isso não necessariamente vai melhorar o impacto da cooperação.

5. As organizações da sociedade civil têm que reafirmar as suas próprias contribuições. Os OSC, inclusive as ONGs não são um apêndice do governo nem da indústria de desenvolvimento. Dado o elemento de pluralismo e de independência da sociedade civil, nós não deveríamos esperar nem promover alinhamentos automáticos de políticas entre a sociedade civil e os grupos de ONGs nem com autoridades estatais. Isto significa que temos que reafirmar e celebrar o que fazemos e o que temos atingido, e não apenas estar na defensiva ou com o pé atrás. Temos que salientar as soluções positivas para a miríade de limitações econômicas, sociais e políticas que enfrentam as pessoas vivendo em pobreza.

Isto é um resumo de um artigo mais extenso, disponível em:
www.intrac.org/pages/thinkpieces.html

Brian Pratt, Diretor Ejecutivo, INTRAC
Email: bpratt@intrac.org

A Caminho de Acra: Implementando a Declaração de Paris para além de Paris
Quais serão os impactos nos diferentes países da implementação da agenda sobre a eficácia da cooperação? A sociedade civil pode receber de bom grado os princípios da declaração de Paris, uma vez que as ONGs vem reivindicando maior transparência desde já algum tempo (por exemplo, através do melhoramento dos sistemas de avaliação e monitoramento para melhorar o impacto e os resultados dos programas de combate a pobreza). Mas, no atual formato, a agenda da eficácia da

cooperação não dá a necessária atenção ao contexto e corre o risco de ser visto pelas contrapartes do Sul como uma imposição do exterior (como foi o caso dos PARPAs), podendo provocar descontentamento com o processo como um todo.

Há também a preocupação de que a aplicação da DP, que tem como base uma agenda de resultados, possa estimular estratégias de baixos riscos, com as ONGs priorizando resultados de fácil mensuração (ex número de escolas) e se afastando de atividades que busquem enfrentar as causas políticas subjacentes as questões de direitos humanos e de boa governança, onde os resultados são mais difíceis de serem demonstrados. Uma forte ênfase em gerenciar resultados pode também aumentar a competição entre ONGs, que passaram a dedicar mais tempo a promover a logomarca, como vimos durante a resposta ao Tsunami, em 2004, com as bandeiras das agências por todas partes. Um aumento da atenção dedicada a provar resultados, como colocado pela DP (oposto a melhorar os programas de desenvolvimento) é provável que estimule as ONGs a utilizarem seus escassos recursos e seus esforços de gerenciamento para longe das atividades de desenvolvimento mais importantes. Por isso, a implementação da agenda da eficácia pode não apenas ser problemática, mas parece que as lições sobre realizar processos consultivos maiores e mais amplos com aqueles que trabalham em nível local, em comunidades, têm sido repetitivamente esquecidas.

A eficácia das OSC – pluralismo ameaçado?

Os debates recentes têm mudado para além dos governos para debates sobre o alinhamento e harmonização entre as ONGs. De certa forma, isto parece uma mudança peculiar uma vez que a fortaleza do setor das ONGs tem como base seu pluralismo e autonomia antes que sua homogeneidade e conformidade com os outros. Dado a diversidade de interesses que as ONGs representam – o que com frequência é percebido como uma vantagem comparativa – até que ponto o alinhamento de políticas entre os diferentes atores da sociedade civil pode ser de interesse da própria sociedade civil? Temos visto já muitas grandes ONGs ocupadas, crescendo e promovendo suas marcas, se transformando em cada vez maiores e mais homogêneas estruturas. Não há um risco de que o natural pluralismo da sociedade civil seja minado, não apenas pelos governos que apóiam esta agenda, mas por elas mesmas tentando replicá-la?

As ONGs têm se engajado nestes debates através de uma série de “consultas” oficiais onde o foco das discussões tem sido as próprias práticas das ONGs antes que um espaço de influência dos governos sobre a agenda da DP. A mais ampla e bem atendida dessas consultas, particularmente através do Grupo Assessor sobre a OSC e a eficácia da cooperação, tem colocado pressão sobre as OSCs para formularem um esquema sobre a “eficácia das organizações da sociedade civil” que venha a complementar a da eficácia da cooperação.

A questão que perpassa este debate é que há o risco de que a implementação vertical da agenda da eficácia da cooperação não entenda a problemática do alinhamento. O verdadeiro alinhamento deveria ter como base a ressonância entre as organizações de base antes do que à imposição vertical desde fora. Uma genuína consulta deveria ser construída a partir de coincidências existentes entre as OSCs. Até que ponto estas consultas são percebidas como legítimas tentativas de estimular as OSC para alimentar a agenda da eficácia da cooperação? Ou são apenas uma mera distração, uma cortina de fumaça, para desviar a atenção das críticas à agenda da eficácia da cooperação que estão surgindo desde todas partes?

Katie Wright-Revollo, Pesquisadora Sênior, INTRAC
Email: kwright-revolledo@intrac.org

Publicações INTRAC

Novo livro

O Intrac lançou o livro "**Capacity Building for NGOs: Making it Work (Fortalecimento de capacidades para ONGs: fazendo que funcione)**", por Rick James e John Hailey, em novembro de 2007.

É uma leitura essencial para qualquer pessoa interessada em fortalecimento de capacidades das ONGs e outras organizações da sociedade civil.

O livro "Fortalecimento de capacidades para ONGs" analisa algumas das limitações contextuais e culturais que enfraquecem nossa capacidade de fazer intervenções de fortalecimento de capacidades mais apropriadas e efetivas. Aponta que não apenas o fortalecimento de capacidades é possível, mas também que pode provocar um impacto real e tangível. Este livro aborda os aspectos que funcionam na prática e sobre como é a melhor forma de assegurar que nosso investimento em fortalecimento de capacidades é feito na hora certa, é apropriado e exitoso.

Avaliação de Alan Fowler

"A ignorância não é mais uma desculpa. Esta análise abrangente nos leva a um debate sobre o porquê, do que já sabemos que funciona, é inadequadamente aplicado. Ao final de cada debate há propostas concretas para avançar sobre limitações estruturais que negam às pessoas vivendo em pobreza alcançar a qualidade de capacitações para o desenvolvimento que elas têm direito."

Fortalecimento de capacidades para ONGs está disponível para compra online através de www.intrac.org/pages/publications.html, por £12.95.

Novos documentos de políticas

Produzimos seis novos documentos de políticas focalizando diferentes aspectos de nossas pesquisas atuais. Eles são:

As perspectivas da sociedade civil sobre a Declaração de Paris

Diversidade de relações entre o estado e a sociedade civil: Implicações sobre a implementação da Declaração de Paris.

A guerra contra o terror e a massacre do desenvolvimento

Novidades sobre as regulamentações sobre ONGs como resultado das medidas e políticas governamentais contra terroristas

Políticas de HIV/AIDS: Como mudar o equilíbrio entre Medidas Globais e Sociedade Civil Local?

ONGs internacionais e movimentos sociais indígenas

Copias destes documentos podem ser baixados através de www.intrac.org/pages/policy_briefing_papers.html

Os processos da Declaração de Paris explicada

Em março de 2005 os líderes dos maiores bancos multilaterais de desenvolvimento, organizações internacionais e bilaterais, doadores e representantes de países que recebem ajuda da cooperação, se reuniram em Paris no Segundo Fórum de alto nível sobre harmonização. Este grupo se comprometeu a **melhorar o gerenciamento e a eficácia da cooperação**. Visando estes objetivos, a Declaração de Paris foi assinada por cerca de 100 representantes: governos, agências doadoras

bilaterais e multilaterais, bancos regionais de desenvolvimento e agências internacionais. Isto representou um acordo entre todos os representantes para, pela primeira vez, **medir o sucesso de fazer a cooperação mais eficaz**, e para os doadores e os países em desenvolvimento monitorarem os respectivos progressos.

O que isso significa?

Alguns dos países mais ricos e os mais pobres do mundo assinaram cerca de cinquenta compromissos para melhorar a cooperação. Por exemplo, em 2010, 85% da ajuda da cooperação para os países em desenvolvimento deverá ser alocada para os respectivos orçamentos destes países. Isto vai mostrar de forma transparente se a ajuda da cooperação está alinhada com prioridades de redução da pobreza.

As partes signatárias têm acordado seguir os **cinco princípios** da Declaração de Paris.

Apropriação	Os doadores respeitam as políticas dos países que recebem ajuda da cooperação e os ajudam a exercerem uma liderança efetiva sobre essas políticas.
Alinhamento	Os doadores usam como base para seu apoio as estratégias, instituições e procedimentos nacionais de desenvolvimento dos países receptores da ajuda.
Harmonização	Os doadores buscam harmonizar suas práticas (coordenação doador-doador) de forma que estas sejam menos pesadas para os parceiros.
Gerenciando resultados	Ambos os doadores e os países parceiros gerenciam recursos e melhoram a tomada de decisões em função de resultados.
Prestação de contas mutua	Doadores e países em desenvolvimento fazem prestações de contas mutuas sobre os resultados do desenvolvimento.

Como estes compromissos serão mensurados?

Em maio de 2003, o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCED (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento) criou o Grupo de Trabalho sobre a Eficácia da Cooperação e as Práticas dos doadores (WP-EFF, sigla em inglês) para promover, apoiar e monitorar o progresso da Declaração de Paris. O grupo é constituído por 23 doadores bilaterais, 14 países em desenvolvimento e oficiais do Banco Mundial, o FMI, agências das Nações Unidas e bancos regionais de desenvolvimento.

Três rodadas do monitoramento terão lugar em 2006, 2008 e 2010. Os países parceiros e os doadores decidiram no Fórum de Paris de monitorar o progresso com 12 indicadores. Uma pesquisa feita em 2006 em 34 países em desenvolvimento e entre 55 doadores definiu a base de dados iniciais para oito dos indicadores através dos quais o progresso será mensurado.

A segunda rodada de monitoramento terá lugar em Acra, Gana, entre os dias 4 a 8 de setembro de 2008. Este fórum de alto nível consistirá em uma série de mesas redondas e seminários, uma espécie de “feira” (como um comércio justo para partilhar informações e articulação), e o Encontro de Alto Nível. Há espaço para participação das organizações da sociedade civil nas mesas redondas, pelo menos, para aquelas especificamente sobre a sociedade civil.

O que vai acontecer a seguir?

Um comitê da OCED foi organizado para produzir uma agenda para Acra. O secretariado do Fórum de Alto Nível, do qual participam principalmente membros do Banco Mundial e do OCED, produziram Documentos Resumos e um Documento de Resultados para o Fórum. O Documento de resultados, “A agenda de Acra para a ação”, é o que será assinado pelos participantes em Acra.

A instituição principal é o Grupo de Trabalho sobre Eficácia da Cooperação da OCED DAC, que se reúne apenas duas vezes por ano. “Haverá também consultas regionais durante a primavera de 2008.”

Quais são os principais espaços de engajamento para a Sociedade civil em Acra?

Um grupo de interessados, o Grupo Consultor sobre Sociedade Civil e a eficácia da cooperação foi montado com 8 membros, incluindo um doador e representantes da sociedade civil do norte e do sul. Isto é a iniciativa liderada pelo CIDA que procura desenvolver um espaço de trabalho da sociedade civil no processo para Acra trazendo a sociedade civil para dentro da agenda da eficácia da cooperação.

Este Grupo Consultor – contrariamente ao que alguns doadores podem pensar ou desejar – não é o grupo consultivo para a sociedade civil sobre todas as questões que sociedade civil gostaria de debater sobre a eficácia da cooperação na Declaração de Paris. A agenda deste grupo é muito mais focada no **papel da sociedade civil sobre a eficácia da cooperação**, no que a sociedade civil contribui de forma diferente de outras instituições oficiais e também sobre como ela mesma pode se tornar mais eficaz. O artigo de François Lenfant nesta edição de ONTRAC analisa algumas questões de poder e de parceria que ele viu emergir na reunião do Grupo Consultor em novembro de 2007, em Nairóbi.

Da mesma forma, embora mais autônomo, o Grupo Coordenador da Sociedade civil Internacional foi criado para gerar mais discussões com a sociedade civil sobre a agenda da eficácia da cooperação. O Grupo escreveu um Manifesto da Sociedade Civil sobre Cooperação e coordenará o processo paralelo para a sociedade civil em Acra, também coordenará a pesquisa sobre a eficácia da cooperação anterior a Acra e se engajará com o Comitê Coordenador para incluir questões da sociedade civil na agenda.

Eventos das OSCs em 2008

- O Fórum internacional do Grupo Consultor em Ottawa, 4-6 de fevereiro.
- A pesquisa de Eurodad sobre AE em vários países será publicada em março. Contatar Lucy Hayes, em Eurodad.
- Engajamento da Sociedade Civil nas conferências regionais organizadas pela WP-EFF sobre a agenda geral do Fórum de Alto Nível. Março – junho, Contatar Liz Steele, da Action Aid.
- Aid Watch da Europa publicará um documento sobre a cooperação europeia em abril e um relatório completo em junho. Contatar Sarah Mulley, UKAN.
- O Comitê Coordenador das OSC internacionais para Acra se reunirá em Ottawa. Contatar a Tony Tujan, IBON/Reality of Aid.

- A conferência paralela da sociedade civil em Acra será feita logo antes do Fórum de Alto Nível, de 1 a 3 de setembro.

Para outras atividades e perspectivas da sociedade civil, veja também www.betteraid.org.

Dentre estes muitos processos, reuniões, divulgações de pesquisas e de monitoramento, o desafio que permanece para as OSCs é o de encontrar os caminhos mais produtivos para interagir ou para não se engajar.

Por Joanne McGarry, Cooperação e Transparência, oficial de políticas e incidência, Trócaire, com contribuições de Linda Lönnqvist, INTRAC e Sarah Mulley, UKAN
Email: JMcGarry@trocaire.ie

Pobreza e a Ineficácia da cooperação na África

A cooperação na África Subsaariana não tem contribuído de maneira suficiente para a redução da pobreza nem para a criação de condições sustentáveis para o crescimento econômico. A cooperação, em alguns casos, tem ainda contribuído para um menor crescimento e encorajado a corrupção, debilitando os mecanismos internos de governo para o gerenciamento da ajuda internacional, tem também promovido o serviço da dívida a expensas da provisão de serviços sociais. Outros problemas vinculados à ineficácia da cooperação são as formas e procedimentos requeridos dos países em desenvolvimento para os desembolsos da ajuda.

Deixando de lado os países exportadores de petróleo e os recém saídos de conflitos, os países mais beneficiados pela ajuda da cooperação na África Subsaariana são também os mais endividados. Dos 42 países pobres altamente endividados, 34 são da África. Não tenha dúvidas, dependência da cooperação e pobreza estão muito relacionados, sem consenso sobre a direção da causalidade.

O endividamento tem sido um obstáculo muito grande para os esforços de crescimento econômico e desenvolvimento social da África. Os recursos dirigidos ao serviço da dívida são feitos a custas de investimentos em recursos humanos e infraestrutura, que tem o efeito de dissuadir investimento privado. A dependência do financiamento ao desenvolvimento para o funcionamento geral dos países da África fortalece a necessidade de analisar a eficácia da cooperação, com especial atenção ao porquê não foram atingidos os objetivos buscados, principalmente o da erradicação da pobreza.

Evidência de progresso para além da Declaração de Paris

Há numerosos encontros mundiais sobre as prioridades da cooperação para o desenvolvimento. A Conferência sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2000, se comprometeu a fazer uma realidade para todos atingir determinados objetivos de desenvolvimento. O ODM número 8 busca desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento que lida especificamente com a cooperação. A Conferência sobre o financiamento para desenvolvimento, que resultou no Consenso de Monterrey, chamou a atenção para a necessidade de um aumento substancial da assistência para o desenvolvimento, suas políticas e práticas. A Declaração de Paris apontou que são necessários maiores esforços por partes dos doadores e dos países que recebem a ajuda internacional para melhorar

a eficácia da cooperação. O Fórum de Alto nível em Roma, 2003, que resultou na Declaração de Roma sobre Harmonização, buscou assegurar que a assistência dos doadores esteja alinhada com as prioridades de desenvolvimento dos países que recebem a ajuda. Finalmente, o Fórum de Alto Nível de Paris, em 2005, identificou que a qualidade da cooperação é resultado das políticas e práticas dos doadores e dos países que recebem ajuda da cooperação. A Declaração de Paris vai além de acordos prévios ao detalhar cinco princípios-chaves: apropriação, alinhamento, harmonização, gerenciamento de resultados, e prestação de contas mútua, com o objetivo de melhorar a implementação da ajuda internacional de forma a contribuir para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2015.

Foi contra estes compromissos internacionais que AFRODAD iniciou um estudo para reunir evidência ex-post da Declaração de Paris para avaliar o progresso feito em relação aos objetivos e princípios elaborados na Declaração de Paris. O estudo foi realizado em Gana, Quênia, Libéria, Maláui, Moçambique, Uganda, Tanzânia, Senegal e Camarões.

Os países que recebem ajuda da cooperação se comprometeram a harmonizar seus processos internos e integrar as várias agências envolvidas no planejamento, no processo orçamentário, e no gerenciamento financeiro, que são essenciais para reduzir os custos de operação associados com a implementação da cooperação. Incorpora também a arquitetura da cooperação no interior das políticas, reduzindo os custos associados com o processo consultivo e a distância entre os ministérios governamentais e os grupos cívicos. Desde uma perspectiva da sociedade civil, reduz os custos das OSC de buscar espaços dentro do processo orçamentário e de planejamento, assumindo que o processo de incorporar a cooperação no interior das políticas seja efetivo.

As OSCs precisam se capacitar para influenciar a cooperação

De maneira geral, tem-se observado que o papel e a participação das OSC no planejamento e no processo orçamentário necessita ser institucionalizado. Com frequência, a participação da sociedade civil se dá em reuniões *ad hoc*, e não porque seja considerada um ator-chave que precisa ser consultado. As OSC devem buscar o espaço para integrar-se aos procedimentos nacionais e não esperar convites do governo para ouvir suas opiniões e perspectivas. Tanto como no processo de planejamento, outra porta de entrada para as OSC é a fase de monitoramento e avaliação do desenvolvimento de programas.

A nova expertise que se exige das OSC para se engajar com os seus governos tem dificultado a participação mais ampla das OSCs. As organizações da sociedade civil nem sempre têm programas de pesquisa e de influência em políticas sobre os temas da cooperação. Geralmente, elas são fortes em áreas temáticas tais como comércio, educação e saúde. Elas agora estão reconhecendo a necessidade de desenvolverem capacidades para interagir com as instituições públicas relevantes em relação ao planejamento e ao gerenciamento das finanças públicas. As OSC do Norte podem contribuir neste sentido.

A Declaração de Paris não resolveu adequadamente a relação entre as OSC do Norte e do Sul. Algumas experiências consideram as OSC do Norte como “revendedoras” da ajuda internacional. Outras impõem seus próprios programas para serem implementados pelas OSC do Sul. Na medida em que as ONGs do Sul negociam espaços dentro do orçamento geral, há a necessidade das ONGs do Norte de se manterem vigilantes sobre o equilíbrio entre os interesses dos doadores bilaterais.

Os estudos de caso da AFRODAD sobre gerenciamento da cooperação e a harmonização dos doadores pode ser acessado em www.afrodad.org/index.php?option=com_content&task=view&id=58&Itemid=101 ou http://betteraid.org/index.php?option=com_content&task=view&id=54&Itemid=26

Nancy Dubosse, Diretor de Programas de Pesquisa e análises de políticas. Email nancy@afrodad.co.zw
Fórum e Rede Africana sobre dívida e desenvolvimento (African Forum and Network on Debt and Development, AFRODAD)

Praticando o que pregamos: autonomia e integridade na eficácia da sociedade civil

Para criar uma alternativa à visão do governo sobre a eficácia da cooperação, a sociedade civil precisa desenhar sua própria agenda de eficácia com base em princípios e boas práticas. O dialogo Norte-Sul da sociedade civil organizado pelo Grupo Consultivo sobre OSC e eficácia da cooperação, realizado em Nairóbi, em novembro de 2007, buscou consensuar acordos sobre potenciais boas práticas, e desenvolver uma compreensão compartilhada sobre questões de parcerias com as OSC, e sobre princípios que possam orientar e promover maior eficácia. Infelizmente, os debates da conferência focaram mais nos princípios do que nas boas práticas. Vou ilustrar este assunto utilizando como exemplos as questões de voz e espaço, bem como de parceria.

A voz e o espaço da sociedade civil parecem ser temas recorrentes dentro do debate da eficácia da cooperação. De que espaço e que voz estamos falando? Que vozes foram ouvidas em Nairóbi? Infelizmente, a voz dos países da África ocidental não teve muita ressonância, uma vez que apenas um dos 17 parceiros do Sul era da África ocidental. Como é que a diversidade da sociedade civil pode ser propriamente representada nos fóruns internacionais? Como é que esta voz plural pode ser amplificada e levada a outros níveis? Uma voz muito forte do Sul, o ativista Wahu Kaara, da Rede de Alívio da Dívida do Quênia, Kendren, ilustrou eloquentemente esta questão ao dizer que o governo do Quênia convida somente as ONGs internacionais para os debates relativos a sociedade civil. Porque é que estas ONGs não aceitam agradecidas estes convites e os repassam para as OSC do Quênia, ao invés assegurar este limitado espaço para elas próprias? Será que a voz das organizações do Sul pode ser bem representada pelas organizações do Norte? Como uma reação, as ONGs do Norte tem concordado em dar um passo atrás, evitando debates superlotados, e compartilhando espaços com suas colegas do Sul e possibilitando que sua voz seja ouvida. Quando falamos de espaço e voz da sociedade civil, nos não deveríamos esquecer que o espaço e a voz em risco é a do Sul, não do Norte.

Relações Norte-Sul: para além dos valores à implementação

Será que o partilhar do espaço/voz é uma questão que nos permite entender as relações da sociedade civil Norte-Sul? Quando acompanhamos os debates relativos as parcerias Norte-Sul das OSC como canais efetivos da cooperação internacional (e não os princípios da implementação da cooperação de governo a governo, como a da Declaração de Paris), as discussões são com frequência limitadas a (re)definir os princípios e valores que guiam estas relações. Contudo, pode ser sábio ir além do exercício dos “valores declamados” (que raramente vai além da tradicional

valorização do respeito, solidariedade, confiança, visões comuns, prestação de contas, igualdade, etc.) e focar no que significa a implementação desses valores para nossas organizações. Em outras palavras, quais são os ingredientes que fazem tais parcerias efetivas, quais são os fatores que facilitam e que obstaculizam a concreta adoção desses princípios?

Durante o encontro, os fatores que facilitam (construção de confiança através de engajamento em parcerias de longo prazo, assegurar a continuidade dos funcionários, políticas adequadas de recursos humanos, capacidades melhoradas de aprendizagem) bem como os obstáculos (competição por fundos, medo de perder o controle, pressão dos governos) foram identificados para a efetiva implementação da transparência como princípio orientador. Infelizmente, pouco tempo foi alocado para desenvolver este assunto crucial. Interessante ressaltar que, os atores da sociedade civil do Sul apresentaram aos parceiros do Norte um novo princípio ligado à transparência, - o da identificação da origem – da origem até o destino) dos fundos. As OSC do Sul estão interessadas em obter informações claras sobre a origem, bem como o destino dos fundos que vem no Norte.

Dinheiro e legitimidade

A questão do financiamento direto (governos do norte financiando a sociedade civil no sul) foi, infelizmente, evitada. Os participantes do Norte e do Sul foram bastante receosos em abordar este importante tema. A maioria dos argumentos contra o financiamento direto (maioria deles trazido pelas ONGs do Norte) era que “nossos” parceiros do sul poderiam se tornar “instrumentos”. Será que há suficiente evidência empírica que aponte nesta direção? Não será que, nos, atores da sociedade civil do Norte, somos um pouco responsáveis pela instrumentalização dos nossos parceiros, de uma ou outra forma? A discussão do financiamento direto com frequência se torna emocional porque levanta a questão do papel e do valor agregado das ONGs do Norte. Quando falamos de relação norte-sul, será que as ONGs do Norte estão realmente preocupadas com a instrumentalização dos “seus” parceiros do Sul ou estão apenas preocupadas com o fato de que, sem parceiros para financiar, sua própria legitimidade pode vir a ser questionada?

Finalmente, o que eu não ouvi neste diálogo foi um certo grau de auto-reflexão crítica da sociedade civil no geral, e particularmente das ONGs do Norte. Será que somos tão boas quanto pensamos que somos? Gostaria de ir a uma conferência aonde os debates vão além da retórica de que a “sociedade civil é especial, que a sociedade civil necessita espaço, que a voz da sociedade civil precisa ser ouvida”.

Poderia ser de utilidade dar atenção sobre o que faz a sociedade civil especial, mostrando casos concretos sobre a importância da sociedade civil como atores do desenvolvimento em direito próprio, e insistir na distinta narrativa de mudança da sociedade civil. É aqui precisamente onde jaz a fortaleza da sociedade civil. No meu ponto de vista, esta é a forma mais efetiva de enfrentar as agendas hegemônicas da cooperação.

François Lenfant, oficial de políticas, Cordaid
Email: Francois.Lenfant2@cordaid.nl

Harmonização para o pluralismo

Os artigos seguintes destacam alguns aspectos do debate atual referido ao papel da sociedade civil dentro da nova arquitetura do desenvolvimento.

O objetivo do apoio da Suécia a sociedade civil é para contribuir para fortalecer uma vibrante e democrática sociedade civil. Pluralismo – diversidade de organizações – é um pilar fundamental neste sentido. Nunca deveria haver tal coisa como uma sociedade civil, onde todos os atores dançam a mesma dança. Nos precisamos apreciar a diversidade que vem das diferentes perspectivas de organizações que tem diferentes ideologias e interesses. As tensões entre os diferentes interesses dentro da sociedade civil são geralmente um reflexo dos que existem dentro da sociedade e pode dar a necessária e construtiva energia da mudança, do desenvolvimento e da redução da pobreza.

Harmonização para o pluralismo

Se um quer apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil desde uma perspectiva pluralista, como adequar-se à **Declaração de Paris**, que tem como uns dos seus princípios a **harmonização**? Com **alinhamento** como outro importante conceito é fácil ter a impressão que as agencias doadoras e os governos gostariam de ver um modelo fixo de conduta dentro das organizações da sociedade civil onde “um tamanho serve para todos”. Mas, ainda usando o conceito de harmonização e aplicando-o às OSC é possível argumentar por uma harmonização para o pluralismo sem cair na cilada de uma atomização total.

Diferentes papéis – diferentes respostas

A sociedade civil joga um papel importante, tanto em alcançar resultados concretos de redução de pobreza bem como na melhora da eficácia da cooperação. A medida que a implementação da agenda da Declaração de Paris avance, os governos dos países parceiros irão assumindo maiores e mais específicas responsabilidades na cooperação para o desenvolvimento. As estratégias de redução da pobreza dos países parceiros estão em evidência e a capacidade de implementar estes planos é, por tanto, crucial. O foco em estratégias nacionais significa, por sua vez, que a sociedade civil terá um papel cada vez mais importante como um ator independente de monitoramento, e como um implementador. Diferentes papéis significam diferentes respostas.

Objetivos e modalidades

Harmonização entre doadores sobre objetivos e modalidades para o fortalecimento de uma sociedade civil pluralista é de estratégica importância para se atingir resultados demonstráveis. Nos precisamos aumentar a coerência entre os diferentes atores e modalidades de desenvolvimento sem renunciar ao pluralismo. As OSC dentro da cooperação para o desenvolvimento têm grande responsabilidade para fortalecer a apropriação local, aumentar a coordenação e melhorar a coordenação com o governo e autoridades públicas.

Maior apropriação no Sul

Muitas OSCs do Norte têm iniciado uma intensa reflexão sobre como harmonizar seus procedimentos em relação as OSC do Sul e, ao mesmo tempo, fortalecer o

sentido local de apropriação. Este é exatamente o mesmo desafio que as agências oficiais de desenvolvimento enfrentam, o de deixar aos parceiros do sul se concentrarem em fazer seus trabalhos antes que atender os requerimentos dos doadores. Apoio institucional poderia ser um importante componente que poderia também contribuir para a transparência mútua, prestação de contas e apropriação local.

Isto poderia ser uma versão do apoio orçamentário direto, mas para a sociedade civil, que está sendo cada vez mais usada para a assistência ao desenvolvimento internacional.

Mas isso é realmente pluralismo na agenda de hoje? OSC grandes e pequenas podem perder a batalha neste sentido. As OSC do Sul são demasiado dependentes de fundos públicos bem como de agências doadoras internacionais e governos locais. Há também a tendência das organizações internacionais de competir com as organizações locais por recursos através de seus novos escritórios nacionais.

Por tanto, doadores privados têm a responsabilidade de promover o pluralismo dentro do processo de harmonização. O pluralismo vincula questões como independência, legitimidade e representatividade. Elas são importantes quando chega a hora de influenciar políticas e de dar voz a aqueles que vivem em pobreza. Você não se atreveria morder a mão que te alimenta. Então, há o risco de que as OSC se tornem uma extensão do setor público em relação à provisão de serviços. O que aconteceria então com o pluralismo? Vai ser possível para as OSC reivindicarem sua legitimidade e prestar contas aos seus beneficiários?

A sociedade civil no centro

Os doadores oficiais têm, como acima mencionado, responsabilidade. Temos que pressionar por uma cooperação de longo prazo mais efetiva, apesar de demandas domésticas por visibilidade de curto prazo que ameaça a apropriação no sul. Com um aumento no orçamento e apoio a orçamento setorial há uma necessidade de uma sociedade civil forte e independente. Esta sociedade civil pode cumprir diferentes papéis, como sub-contratadas e como implementadoras, mas pode ser muito importante também como atores independentes, monitorando as atividades dos governos do sul e do norte, e como um espaço de encontro entre diferentes atores. A sociedade civil pode também dar um choque de realidade na implementação de estratégias de redução da pobreza, de políticas de doadores, etc. Estes diferentes papéis têm conseqüências em relação ao alinhamento.

Mas uma coisa é certa, a sociedade civil – que tem sido marginalizada no processo da Declaração de Paris – é contra a se colocar no centro do debate sobre desenvolvimento. Isto ficou evidente no processo preparatório do Fórum de alto nível de Acra 2008. Somente através de uma agenda comum entre os atores da sociedade civil e os doadores será possível promover uma maior harmonização, mas sem perder de vista o valor de uma sociedade civil pluralista.

Tomas Brundin
Assessor sobre Sociedade Civil
Sida - Divisão de ONG

Toomas Mast
Oficial de Programas
Sida - Centro Sociedade Civil

Treinamento INTRAC

Para maiores informações sobre os cursos abaixo listados por favor visite www.intrac.org/training.php ou envie uma mensagem para: training@intrac.org

Planejamento e Análise de Gênero

16-18 janeiro de 2008

Duração: 3 dias

Local: Londres (Não-residencial)

Tema: Construção de capacidades organizacionais

Preço: £450

ONGs e planejadores estão cada vez mais comprometidos em incorporar uma perspectiva de gênero dentro de seus trabalhos – mas, como fazê-lo na prática? Este curso aborda ferramentas analíticas e estratégias para priorizar gênero no curto e longo prazo.

Avaliação e Monitoramento participativo avançado

28 Janeiro -1 Fevereiro 2008

Duração: 5 dias

Lugar: Oxford (Residencial)

Tema: Desenvolvimento participativo e Construção de capacidades organizacionais

Preço: £999

Análise de A&M em profundidade. Você vai aprender como desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação efetivo que possa gerar suficiente informação e dados qualitativos capazes de dar a agência de desenvolvimento uma compreensão confiável dos resultados e do impacto das iniciativas de desenvolvimento. O curso é para profissionais que já tem alguma experiência em A&M.

Relações estratégicas, construção de coalizões e formação de redes

6-8 fevereiro de 2008

Duração: 3 dias

Lugar: Londres (Não-residencial)

Tema: Fortalecimento da sociedade civil e Construção de capacidades organizacionais

Preço: £450

Este curso analisa as relações entre ONGs como parte estratégica do processo de desenvolvimento. Ensina sobre o contexto onde essas relações acontecem e analisa os fatos, as relações de poder e as expectativas, buscando melhorar a eficácia organizacional. O curso é para profissionais que buscam desenvolver suas habilidades e melhorar o trabalho dentro de coalizões e redes.

Desenvolvimento organizacional

18-22 fevereiro de 2008

Duração: 5 dias

Lugar: Oxford (Residencial)

Tema: Construção de capacidades organizacionais
Preço: £999

Desenvolver as capacidades das organizações da sociedade civil e das organizações parceiras é uma prioridade para os gerentes e profissionais de desenvolvimento em geral. Este curso é desenhado para aqueles com alguma experiência em construção de capacidades organizacionais que desejam explorar o desenvolvimento organizacional como um processo de aprendizagem planejado que melhora o desempenho organizacional e o auto conhecimento. Este curso vai lhe permitir desenhar e facilitar processos organizacionais de mudança.

Influencia em Políticas e incidência

3-7 Março de 2008

Duração: 5 dias

Lugar: Oxford (Residencial)

Tema: Fortalecimento da sociedade civil e Construção de capacidades organizacionais

Preço: £999

Este curso lhe dará um entendimento de como influenciar no processo de influenciar políticas no seu próprio contexto. Você vai aprender habilidades que lhe ajudarão a formular planos e estratégias efetivas de influencia em políticas. Melhore sua habilidade de lobby junto aos tomadores de decisão, e ganhe confiança em relação à mídia – de uma nova vida as suas atividades de campanha!

Avaliação de impacto

26-28 Março de 2008

Duração: 3 dias

Lugar: Londres (Não -residencial)

Tema: Desenvolvimento Participativo e Construção de capacidades organizacionais

Preço: £450

Com grandes pressões para terminar tarefas e prestar contas, nunca houve tanta necessidade da sociedade civil e de outras organizações de desenvolvimento para avaliar o impacto de longo prazo de seu trabalho. Você vai aprofundar o debate atual sobre avaliação de impacto, rever prática e metodologias atuais, e aprender como avaliar a eficácia do seu próprio trabalho.

Gerenciando pessoas

9-11 Abril de 2008

Duração: 3 dias

Lugar: Londres (Não-residencial)

Tema: Construção de capacidades organizacionais

Preço: £450

Faça um aprofundamento no seu estilo de gerenciamento, de suas condutas e competências e aprenda como elas afetam a forma em que você gerencia sua equipe. Este curso lhe ajudará a compreender como as pessoas interagem e como podem ser motivadas. Você vai ganhar também habilidades para liderar equipes, trabalhar em diferentes culturas e estabelecer bons sistemas de monitoramento e desenvolvimento dos seus funcionários.

Capacitando os capacitadores

23-25 de abril de 2008

Duração: 3 dias

Lugar: Londres (Não-residencial)

Tema: Desenvolvimento participativo

Preço: £475

Este curso lhe provera com as habilidades, ferramentas e técnicas criativas para desenhar e implementar eventos de capacitação de uma forma que faz da aprendizagem uma experiência efetiva e agradável. Você vai ter a oportunidade de aprender, praticar e melhorar suas habilidades de facilitação e de apresentação.

Avaliação de Impacto

7-9 Maio de 2008

Duração: 3 dias

Lugar: Londres (Não-residencial)

Tema: Desenvolvimento Participativo e Construção de capacidades organizacionais

Preço: £475

Veja Avaliação de Impacto do 26-28 Março de 2008 para maiores detalhes

Ontrac

Editoras: Linda Lönnqvist, Pesquisadora do INTRAC

ONTRAC é um boletim informativo do INTRAC - Centro Internacional de Pesquisa e Treinamento de ONGs. Ele é publicado três vezes por ano. Seu conteúdo pode ser reproduzido e traduzido livremente desde que a fonte seja mencionada. O INTRAC agradece as seguintes organizações pelas suas contribuições à produção do ONTRAC: Concern Worldwide, Cordaid, DanChurchAid, Save the Children Denmark, Save the Children Sweden ,ICCO e Trocaire Desenhado por Seacourt Ltda.

Para fazer uma assinatura, por favor contatar INTRAC (info@intrac.org) indicando se deseja receber por correio eletrônico (em Inglês, Árabe, Chinês, Francês, Português, Russo ou Espanhol) ou pelo correio normal (em Inglês e Russo somente). Você também pode fazer a assinatura on line através de www.intrac.org na seção sobre o boletim.

INTRAC Tel: +44 (0) 1865 201 851
PO Box 563 Fax: +44 (0) 1865 201 852
Oxford OX2 6RZ Email: info@intrac.org
Reino Unido Website: <http://www.intrac.org>

INTRAC é uma companhia limitada, registrada sob o No. 2663796, e uma organização sem fins lucrativos registrada sob o No. 1016676.